Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA DE SAÚDE REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2019 REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2019.

Aos vinte e nove dias do mês de maio, do ano de dois mil e dezenove, às 18:00 horas, realizou-se a Audiência Pública da Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde, referente às contas do 1º Quadrimestre de 2019, em atendimento ao que dispõe sobre a Lei Complementar Federal nº 141/2012, no Plenário Vereador Mauricio Alves Braz. Conduzindo a Audiência Pública, o Vereador *João Batista Pereira de Souza* – Presidente da Comissão de Saúde e demais membros, Vereadora *Adriana Aparecida Félix*, Vereador *Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa*. Estiveram presentes ainda, Vereador *Edson Rodrigues* – Presidente da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba, Vereadores *David Ribeiro da Silva* e *Rolgaciano Fernandes Almeida* e representantes da Secretaria Municipal de Saúde: Senhora *Silmara do Carmo Pereira* - Secretária Adjunta, Senhor *Luiz Carlos Araújo* – Diretor de Divisão, Senhora *Roberta Gomes de Brito* – Diretora do Setor de Ambulância e Senhora Ariane Antunes – Coordenadora da PSF. Com a palavra o Vereador **João Batista Pereira de Souza** – Presidente da Comissão de Saúde: Tem algum vereador para fazer uso da palavra? *Não.* Então, concedo a palavra à Secretária Adjunta para que apresente as prestações de contas relativas à Saúde do município. Com a palavra a **Secretária Adjunta da Secretaria de Saúde - Silmara P. do Carmo:** Boa noite a todos. Os vereadores já dispõem do documento que vai ser apresentado? Todos já têm. Eu vou apresentar as informações relacionadas às aplicações de recursos durante o primeiro quadrimestre de janeiro a abril de 2019.

Distribuição das Receitas Arrecadadas Vinculadas

Janeiro a Abril 2019

Receitas e Transferências Tesouro	R$ 51.821.518,75
Receitas e Transferências Estadual	R$ 60.356.205,65
Receitas e Transferências Federal	R$ 24.658.204,16
Receitas Total	R$ 136.835.928,56

Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

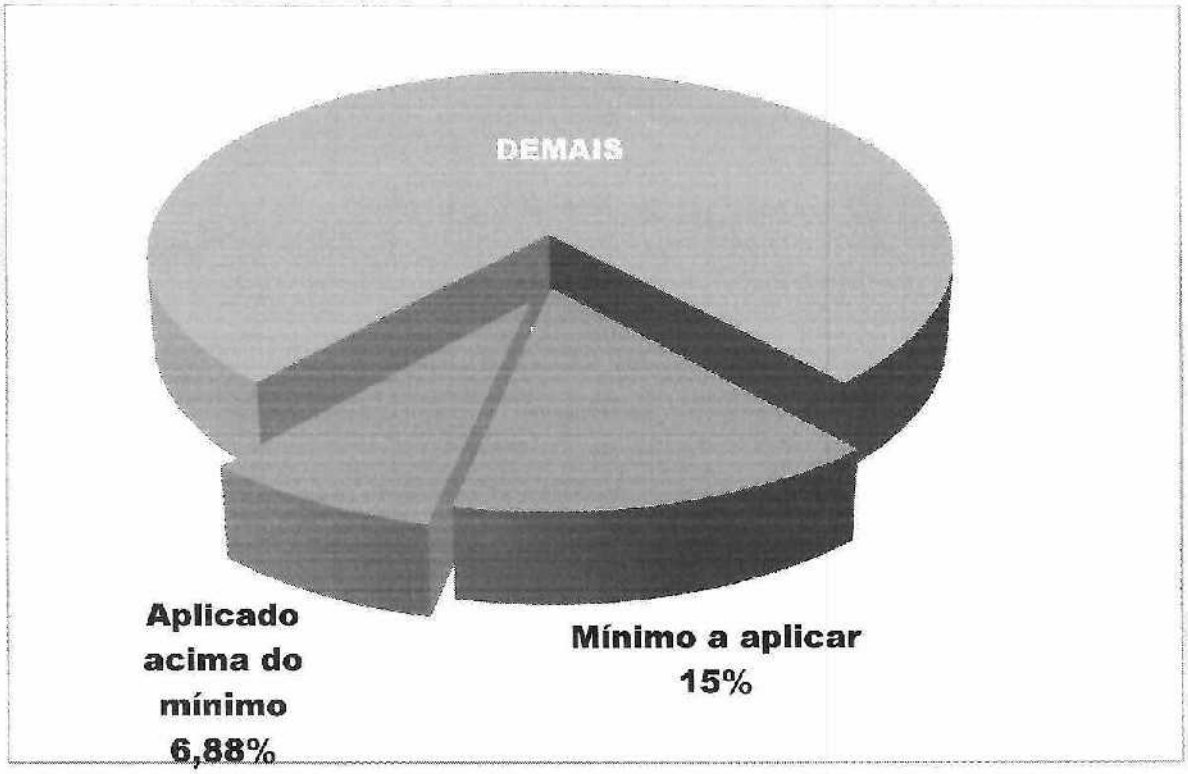
Estado de São Paulo

Aplicações em Saúde

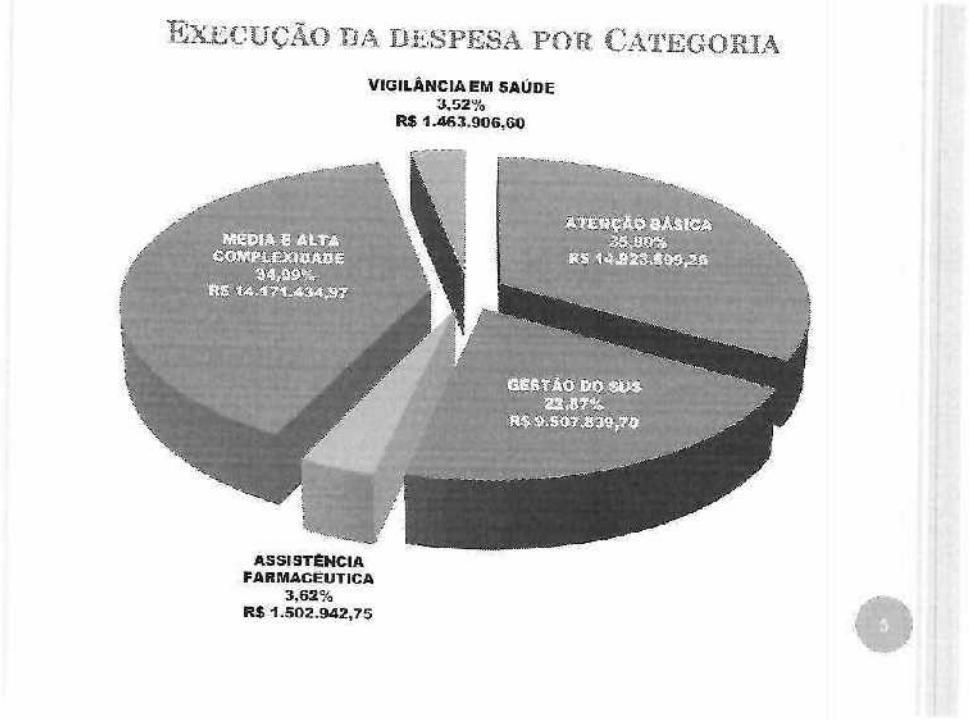
Janeiro a Abril 2019

Mínimo a Aplicar em Saúde (15%)	R$ 20.525.389,28
Aplicado em Saúde (despesas liquidadas)	R$ 29.945.423,68
Percentual Aplicado em Saúde	21,88%

Aplicação em Saúde - 1° Quadrimestre 2019



DESPESAS LIQUIDADAS	1º Quadrimestre (R$)	Acumulado Ano (R$)
ATENÇÃO BASICA	**14.923.599,26**	**14.923.599,26**
Tesouro	7.832.334,74	7.832.334,74
Estadual	527.643,25	527.643,25
Federal	6.563.621,27	6.563.621,27
ASSISTENCIA FARMACÊUTICA	**1.502.942,75**	**1.502.942,75**
Tesouro	252.168,19	252.168,19
Estadual	597.003,59	597.003,59
Federal	653.770,97	653.770,97
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	**14.171.434,97**	**14.171.434,97**
Tesouro	11.589.602,22	11.589.602,22
Estadual	0,00	0,00
Federal	2.581.832,75	2.581.832,75
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	**1.463.906,60**	**1.463.906,60**
Tesouro (R$ 61.089,00 taxas)	824.567,83	824.567,83
Estadual	0,00	0,00
Federal	639.338,77	639.338,77
GESTÃO SUS	**9.507.839,70**	**9.507.839,70**
Tesouro	9.507.839,70	9.507.839,70
Estadual	0,00	0,00
Federal	0,00	0,00
TOTAL	**41.569.723,28**	**41.569.723,28**



Com a palavra o **Vereador João Batista Pereira de Souza – Presidente da Comissão de Saúde:** Algum Vereador para fazer uso da palavra? **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Pela ordem, Senhor Presidente. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Com a palavra a vereadora Adriana Félix. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Boa noite a todos, boa noite secretária da saúde e toda a equipe da saúde. Boa noite vereadores. Primeiramente queria parabenizar o vereador Presidente dessa comissão pelo horário. Hoje estamos aqui com as pessoas, com os moradores, com os profissionais de saúde para acompanhar a audiência, pois geralmente, no horário que estávamos fazendo não vinha ninguém, então isso é bastante importante. Secretária, eu queria fazer um questionamento: No portal, têm na execução de restos a pagar não processados, inscritos com disponibilidade de caixa, exercícios anteriores a 2013, tem o valor de R$ 198.081,41(cento e noventa e oito mil, oitenta e um reais e quarenta e um centavos), que é a pagar, é a segunda parte que está lá no portal. Esse valor, me parece que ainda não foi pago, e aí,eu gostaria de saber que valor é esse, e também observando que em 2017 temos o valor de R$ 194.736,38 (cento e noventa e quatro mil, setecentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos), e aí eu queria saber o que são essas contas, e por que ainda não foram pagas? **Dir. de Div. da Secr. da Saúde Luiz Carlos Araújo:** Na verdade, esses dados que a senhora está solicitando, não faz parte do quadro que é apresentado para a audiência. No caso, teríamos que levantar esses dados para saber quais são essas empresas que não foram pagas, e os motivos. Pode ter sido por não terem executados os serviços ainda, e não emitiram a nota fiscal, além de outros motivos. Para respondermos, precisamos levantar para sabermos quais são as empresas, quais

são os valores reais, para podermos apresentar, pois esses dados não fazem parte dos quadros apresentados pra vocês hoje na audiência. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Mas ele faz parte no portal da transparência, contas públicas. Você puxa lá no relatório do exercício, eu puxo por lá, então as minhas informações, eu trabalho lá, como conversamos da outra vez, inclusive uns questionamentos vocês ficaram de nos mandar. Você trouxe? E aí, as informações não batem. Então eu gostaria de saber, pois esses dados não constam realmente dos quadros que vocês apresentaram, mas é a segunda parte que está lá no portal. Você olha lá no demonstrativo anexo doze, se não me engano. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** São restos a pagar não processados, não é? **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Isso. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Nós faremos o levantamento para te passar. Para sabermos de cada caso, de cada empresa. Nos já vimos, por exemplo, empresa que tem pendência, não tem CND válida, e ela não pode receber, e nós não podemos cancelar o empenho, pois ela executou o serviço, então ele vai ficando em aberto, e vira ano após ano, então, vamos ter que levantar cada caso. **Dir. de Div. da Secr. da Saúde Luiz Carlos Araújo:** Só para esclarecer porque não fazem parte desse caso: como são empenhos de exercícios anteriores, eles não são computados no cálculo do percentual aplicado pela saúde. Por isso ele não faz parte desse quadro que trabalhamos e apresentamos para os senhores. Peço para a nobre vereadora, caso queira na próxima questionar certos dados, solicite-nos, que fica mais fácil, porque trabalhamos nesse que é da aplicação, e se for alguma coisa fora desse quadro, a gente infelizmente não tem os dados aqui. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Novamente o mesmo problema: o que vem no portal, como aconteceu das outras vezes. O prefeito, quando questionamos via requerimento, que é o que a gente vem fazendo, ele diz que está no portal, então eu fico agora em dúvida, se eu falo com o portal ou se no caso, como nós estamos na audiência, e faz parte do demonstrativo da saúde. Por isso que estou questionando, eu espero a informação depois de vocês, não tem problema não. Posso continuar? Lá nas despesas com saúde não computadas, para fim de apuração no percentual mínimo - outros recursos: tem o valor de R$ 11.563.210,00 (onze milhões, quinhentos e sessenta e três mil, duzentos e dez reais), lá na primeira página, lá no portal –outras ações de serviços não computados, despesas com inativos e pensionistas. O que compõe esse valor líquido, você consegue me informar? **Dir. de Div. da Secr. da Saúde Luiz Carlos Araújo:** Então, quando falo que não é computado, são despesas que não compõe o percentual de que é obrigatório, entendeu? Como são inativos, se trata de pessoas que não trabalham na prefeitura, e isso é mais um relatório que eu preciso levantar, pra saber o que tem dentro desses inativos. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Consta lá no quadro: outras ações e serviços não computados, então eu queria saber, se esses R$ 11.563.210,00 (onze milhões, quinhentos e sessenta e três mil, duzentos e dez reais), você encaminha depois? **Dir. de Div. da Secr. da Saúde Luiz Carlos Araújo:** Então, temos que levantar, pode ser uma ação judicial, então quando ele fala que não computa, é por que ele não faz parte dos 15% (quinze por cento), que é a obrigação mínima da prefeitura para atender a população. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Lá nas receitas adicionais, se fala em transferências de recursos que tem os provenientes da união, estado e outros. Lá tem um

valor que você diz que recebeu R$ 8.024.441,54 (oito milhões, vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e quatro centavos). Essas foram as despesas liquidadas que foram para fins de apuração, que é o que você recebeu. Você recebeu do SUS, da União, do estado, outros municípios, deu o valor: R$ 8.024.441,54 (oito milhões, vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinqüenta e quatro centavos). Certo? Que é o do bimestre, porém,você coloca aqui que gastou, o total de despesa com saúde não computada: R$ 11.624.299,60 (onze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), ou seja passou R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) acima da receita. Esses R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), saíram de onde? Isso eu não consegui localizar no quadro, esses R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), são de que receita? Pois aí, eu não encontrei.**Dir. de Div. da Secr. da Saúde Luiz Carlos Araújo:** Então vereadora, como trabalhamos com outro quadro, provavelmente essa diferença é de restos a pagar. São recursos que ficaram em conta para serem pagos no exercício de 2019, que se referia a 2018. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Você acredita então que são restos a pagar de 2018 para 2019. **Dir. de Div. da Secr. da Saúde Luiz Carlos Araújo:** Eu acredito que sim. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** O saldo bancário, é uma realidade, ele vai acontecer, pois o recurso que entrar no mês de dezembro, é certo que ele passa como saldo no mês de janeiro, dificilmente a gente executa o recurso no mesmo mês. Por mais que contemos com aquele recurso, e tenha empenhado valores, até tramitar a nota e resultar em pagamento, ele vai virar o ano como saldo bancário. Então, cabe aqui detalharmos o que é exatamente a diferença, mas é muito provável que seja disso, tanto pode ser o que ele está falando de restos, como pode ser o saldo mesmo, que ficou e vai ser executado, nos incrementamos o orçamento desse ano, joga esse valor pra dentro do orçamento, pra conseguir executar no ano de 2019 o recurso que entrou no final de 2018. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** É que é uma diferença de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Mas se pensarmos, o que recebemos de PAB, MAC, e assistência farmacêutica por mês, não chega a isso, mas dá quase isso, uns dois milhões e pouco. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Ainda fica uma diferença de um milhão e pouco, que foi o que eu também imaginei, mas aí,não encontrei os três milhões, então se pudesse detalhar, eu gostaria de receber. **Dir. de Div. da Secr. da Saúde Luiz Carlos Araújo:** Eu já anotei vereadora, provavelmente é isso sim, é resto a pagar, nós fizemos uma compra no final do ano, e algumas notas chegaram bem próximas do final do ano, em dezembro, então ficou tudo pra ser pago no mês de janeiro e fevereiro. **Ver. Edson Rodrigues:** Vereadora Adriana, referente a esses questionamentos, então deu um total de dívida aí de catorze milhões, é isso, não é? Onze milhões de restos a pagar, depois tinha mais três milhões que ele falou. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** É, eles receberam R$ 8.024.441,54 (oito milhões, vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinqüenta e quatro centavos), e gastaram R$ 11.624.299,60 (onze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), então ficou essa diferença de três milhões acima da receita.**Ver. João Batista Pereira de Souza:** Mais algum vereador para usar a palavra? **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Boa tarde a todos, público

presente, boa noite, é que me acostumei na parte da tarde, boa noite público presente. Tem uma diferença fazer audiência pública à noite. À tarde a gente tem dificuldade para receber a presença das pessoas aqui, para poder participar, pois o horário fica realmente bem complicado. Mas vamos lá. A minha questão vai sair um pouco do campo financeiro e são algumas questões que têm sido cobradas pela população na rua. Uma delas é a questão da fisioterapia. O contrato, ele foi renovado via emergencial e eu queria entender como está o trâmite disso, e um pouquinho da referência em relação aos valores dele, e tem mais uma questão referente ao número de ambulâncias que o município tem hoje, por que em uma diligência que nós fizemos, encontramos alguma ambulâncias paradas. Eu queria saber sobre esse processo, quantas estão rodando, quantas estão paradas. A princípio é isso. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Da fisioterapia, o contrato da empresa que trabalha atualmente, a *Fisioclin*, ele foi firmado em 2013 e venceu em setembro ou outubro de 2018. Nós usamos um artifício que a lei possibilita, fizemos a priori um período de renovação de seis meses, cento e oitenta dias, e enquanto isso, entrávamos em trâmite de procedimento licitatório, que é uma obrigação, pois não pode mais ter prorrogação que isso. O contrato pela lei, vale por cinco anos, e no máximo se consegue estender por mais um ano. Se a gente a priori fez uma prorrogação de seis meses, a gente teve bastante dificuldade com relação ao procedimento licitatório, com a parte de pesquisas de preço. Então, a gente não consegue andar com o processo, enquanto não conseguir a média de preço, que é o que vai nortear os trabalhos do pregoeiro, e tivemos muita dificuldade, e quando faltavam três meses pra vencer, pois venceria em fevereiro deste ano, em fevereiro não, em abril. Quando foi por volta de janeiro e fevereiro, que nós vimos que não ia dar tempo, pois estava com essa dificuldade da pesquisa de preço e ainda ia passar por todo o procedimento de licitação, fizemos mais uma prorrogação de seis meses, que é o máximo que alei permite. Então a lei permite um contrato regulamentar de cinco anos, podendo, com as devidas justificativas, ser estendido por mais um ano, sendo dois períodos de seis meses. Nos estamos dentro disso. Agora, nós estamos em trâmite, acho que até já saiu a publicação, se não me engano já está rodando o procedimento licitatório. Em função de um novo processo licitatório, nos tivemos uma reunião com a empresa atual, a *Fisioclin*, com os gestores da empresa, e nos entendemos que teríamos que suprimir os encaminhamentos de fisioterapia, senão não conseguiríamos encerrar o contrato. Então, nós estamos no momento, com uma redução, com um processo necessário pra conseguir encerrar, senão o contrato não tem fim. Tem paciente que vai hoje lá na fisioterapia, e ele pode sair com uma programação de atendimento, que pode levar três meses, então se a gente continuar mandando todo mundo pra lá, o contrato não encerra. Então, nós estamos nesse processo de redução, de segurar essa agenda, de acompanhar dia a dia com a *Fisioclin*, como está se dando os tratamentos dos pacientes que encaminham, porque o nosso tratamento não é por pessoa, é por procedimento. Então, a gente manda o paciente, faz o contato com a Fisioclin, para saber se aquele paciente que se mandou, quantos procedimentos vão resultar, qual é a agenda dele, para vermos se tem margem pra mandar mais um ou mais outro. Então, de fato, nos estamos com um prejuízo, uma redução nesse atendimento, mas é um procedimento necessário para que a gente possa

conseguir encerrar corretamente esse contrato. Esse contrato vai até dezoito de abril, dezoito de outubro, desculpe, mas ele está com cláusula resolutiva, então ele pode ir até dezoito de outubro, ou ele pode ser encerrado antes, o que acontecer primeiro: ou vence o contrato ou conclui a licitação. Então concluída a licitação, pode ter a qualquer momento a rescisão contratual. Então, até em função disso, precisamos acompanhar de fato esse dia a dia do contrato, para não correr o risco de acabar e ficarmos com pendência com a empresa. Com relação às ambulâncias, tenho dificuldade pra falar os números exatos, você fala de quantas estão funcionando, e eu vou pedir ajuda pra área técnica responsável. Eu posso te dizer assim, nós trabalhamos com carros, estamos num processo de renovação da frota, recebemos alguns carros novos, e estamos tentando nesse contato com a Roberta, ela está nos situando, fazendo os levantamentos, tentando baixar alguns carros que não têm mais condição de uso, e agora que vamos começar usar as vans a partir de julho, a gente comprou as vans novas, o que vai ajudar muito lá no setor, elas não estavam em uso, aguardando a parte documental e seguro, e neste momento isso já está pronto, mas estamos aguardando os motoristas que estão fazendo cursos, que são obrigatórios, para transporte de um número grande de pessoas, transporte coletivo. Nossa previsão, é que em julho esses carros comecem a rodar. Então, com o funcionamento desses carros, temos uma tendência de parar de usar, ou pelo menos temporariamente parar os carros que estão em condições de uso muito ruins, e fazer uma manutenção e ver uma viabilidade de investir e continuar funcionando para algum tipo de atendimento, ou de realmente baixar os bens, pois existem carros muito antigos. Agora, uma situação de hoje, como você fala que viu lá que tem carros parados, eu não vou conseguir te falar a quantidade de carros. Você consegue, Roberta, falar daí ou se você quiser falar aqui em números de carros em funcionamento? **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Talvez se fosse o caso, nós pudéssemos inverter: quantos parados? **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** Vocês falam parados no setor de ambulância ou na oficina?**Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Quantas vans novas paradas. **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** Vans eu não tenho, vou ter a partir de julho. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** As novas paradas, são essas duas que eu falei agora. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** São essas duas vans? **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** São essas duas. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Que estarão em circulação a partir de julho? **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** A partir de julho, só falta os motoristas fazerem o curso, acho que vai começar agora segunda feira. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** São as Sprinters? **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** São as Sprinters de dezesseis lugares, máster. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** O que eu queria saber realmente, é sobre esses veículos parados, que nós temos visto isso há algum tempo, nós detectamos isso nas diligências, então era uma dúvida, se tinha algum período, até pela procura da população para que isso entre em circulação, e diversas pessoas procuram o setor de ambulância, e não tem vaga disponível, e a gente vendo aqueles carros que poderiam estar servindo a população, parados. Essa era a preocupação. **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de**

Brito: É que a nossa demanda é muito grande, mas já chegaram duas masters novas, que já estão rodando, e mais uma ambulância que foi liberada esta semana também. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Há quanto tempo estão paradas já? **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** As que estão para entregar? **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Em fevereiro. Vereador, quero dar um esclarecimento: quando esses carros chegam, quando estamos em um processo de compra, a gente já tentou iniciar a viabilização do seguro. O seguro é um processo demorado, é uma licitação, mas a gente não pode, tem que ter pelo menos o número do chassi, ainda que não tenha a placa, tem que ter o número do chassi. Então só conseguimos iniciar o processo do seguro, quando o carro de fato chega, ainda que esses carros, mais especificamente as vans, nós conseguimos um pouco antes com o fornecedor, quando ele estava terminando de montar, por que ele tinha que preparar alguma coisa, e nós conseguimos com que ele passasse o número do chassi, para iniciarmos o processo de seguro. Só que um processo licitatório, habitualmente, demora de sessenta a noventa dias, então, só aí é o tempo do carro parado para fazer o seguro, e isso, infelizmente é uma realidade em todos os outros carros. No ano passado, nós recebemos aquelas ambulâncias do SAMU, elas ficaram também um tempo paradas esperando o seguro, nós vamos receber esta semana que vem, dia 10 de junho, mais duas ambulâncias do SAMU, o seguro já está em trâmite também, mas não está finalizado, então elas ficarão alguns dias paradas esperando o seguro; então infelizmente é uma burocracia necessária pra gente não perder o bem, então a grande demora é do seguro, e a parte documental, emplacamento e essas coisa, levam alguns dias, mas não é isso que demora não, o seguro é o processo mais demorado, e nos casos das vans, nós estamos com a questão dos motoristas fazendo o curso. Nós não tínhamos antes esses carros para transportar esse número de pessoas, e pra ser sincera nós desconhecíamos, não é Roberta? Isso foi novidade para nós, e nós corremos para viabilizar o curso, que é esse que eles começam no dia primeiro. São dez motoristas que vão fazer o curso, para compor a escala dos carros. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Teria o número exato de quantas estão em manutenção? **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Você sabe quantas são, Silvio? Dá pra falar daí, você que cuida? **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Então são quatro com problemas mais duas vans paradas. É isso? **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Isso. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Quantas estão rodando hoje, só para ter uma ideia, rodando a serviço da população? **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Seis. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Hoje são seis? A propósito, quantos carros desses são dedicados à hemodiálise? **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** Oito carros, são quatro kombis. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Fiquei na dúvida agora, se eu tenho seis? **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** Estou falando das ambulâncias, não estou falando das kombis. Nós transportamos os pacientes de hemodiálise nas kombis e nos carros. Os que vão nas ambulâncias, são pacientes acamados que vão para hemodiálise, esses vão nas ambulâncias. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Então quantos são a serviço da hemodiálise? **Dir. do Setor de Ambulância**

Roberta Gomes de Brito: São quatro kombis, mais quatro carros pequenos. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Então são oito, quatro pequenos e quatro grandes. **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** E fora uma ambulância Sprinter que leva os pacientes de hemodiálise de São Paulo, que são pacientes praticamente acamados. Acamados eu tenho mais no centro de Itaqua. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Então são nove. **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** Isso. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** OK. **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** Isso hemodiálise, fora ambulatório, quimioterapia e radioterapia, que atendemos também. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Toda a demanda que vocês têm de hemodiálise é atendida? Ou existe uma fila para isso também? **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** Existe uma fila de espera. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes:** De quanto é essa fila? **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** Agora não dá pra te falar exatamente, pois são vários lugares, tem Suzano, tem Itaim, tem na Penha, tem Itaquá. Sempre tem uma demanda nesses lugares. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Posso complementar um pouquinho? **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Claro. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Queria dar um esclarecimento: Tem um movimento do Alto Tietê, dos municípios todos do Alto Tietê, (junto à DRS, esse movimento), para uma reorganização dessa questão da hemodiálise, porque a gente atende dentro da nossa região, temos hemodiálise aqui, temos em Mogi, temos em Suzano, temos em Guarulhos. Atendemos aqui dentro da nossa região do Alto Tietê, pacientes de Santo André, São Bernardo, Franco da Rocha, e em contrapartida a gente tem que levar os nossos para essa região. É uma coisa meio desconexa, que atrapalha totalmente, isso é uma realidade, não é só de Itaquá, é de toda a região, de todos os municípios, o transporte solidário não aguenta mais esse peso da carga que é o transporte de pacientes com hemodiálise, então, tem esse movimento, essa tendência de reorganização. A assistente social já fez contato com a Roberta para saber, por que a gente tem paciente com hemodiálise em Itaquá, e o correto, o ideal, seria que a grande maioria dos nossos pacientes, estivessem fazendo hemodiálise aqui, e não precisasse levar pra fora. Só que a gente não tem autonomia sobre essas vagas. As vagas são de gestão do governo estadual, então a gente depende deles, que façam essa reorganização, que vai ajudar todos os municípios, e não só da nossa região, de todas as regiões, pois todos sofrem com isso. **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** E fora isso, tem a demanda dos pacientes que vão pra fora do estado, Bauru, Campinas, Limeira, Catanduva. Só hoje, foram quatro pacientes em Catanduva. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Permita-me Vereador falar dessa questão da hemodiálise: quero aproveitar que a Roberta está aqui, e dizer que encaminhei um documento via Câmara, pra Secretária Estadual, e estive com o Deputado Estadual Estevam lá na Secretaria Estadual, eles haviam comentado essa questão da regionalização, inclusive eu complementei o pedido, por que eu venho desde 2013, pedindo essa hemodiálise, tanto é, que essa hemodiálise no Hospital Santa Marcelina é uma conquista junta com o Deputado Gondim. Foi um levantamento que fizemos juntos, e a questão de ampliação de vagas no Hospital Santa Marcelina, para atender o Município de Itaquá. Então, nós

estivemos há quinze dias atrás em tratativas junto à Secretária Estadual, exatamente por essa questão, pois atendemos pacientes de Santo André, e levamos de Itaquá pra Santo André, o que não é justo. Então, é uma briga, na qual estamos já a dois anos nessa questão para ver se realmente agora sai. Segundo nosso governador, agora vai ser resolvida essa questão. Então, já estou vendo, que está havendo tratativas o CODEMAT, e fico feliz com isso. Obrigada. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Bom, da questão pertinente às ambulâncias, pra mim está sanado. Faltou uma dúvida do questionamento da minha parte: Quanto tempo que a fisioterapia ficou parada, só pra efeito de registro. **Dir. do Setor de Ambulância Roberta Gomes de Brito:** Não, não parou, vereador. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Não parou? Por que os indícios e os números que nós temos, é que a fisioterapia parou sim, não estava marcando ninguém. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Inclusive eu enviei um requerimento para a secretaria municipal de saúde, aqui pela câmara, aprovado pelos vereadores, questionando, por que eu mesma entrei em contato, e a fisioterapia, a *Fisioclin* me disse que desde o dia primeiro de abril, a secretaria, através da central de regulação, inclusive falou o nome da Gil, não encaminha nenhuma guia, e se eu quisesse, eu podia tirar uma cópia da guia, orientar o paciente a tirar uma cópia, o paciente fica com a original, entrega na secretaria, e elas fazem particular, cujo pacote custa R$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Isso foi eu mesma que fiz, não pedi pra ninguém. Então, a fisioterapia está parada desde o dia primeiro de abril. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Parada totalmente não, o que a gente combinou. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** O que é parada totalmente ou não é parada, só pra eu entender, fiquei na dúvida. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** O que nós fizemos, foi uma modificação no fluxo, o fluxo antes, o paciente ia com a guia autorizada da própria unidade, o paciente ia com a guia direto no serviço, hoje, as guias são liberadas pela regulação, porque a Gil faz diariamente esse contato como eu falei, então falar que parou, que deixou de atender totalmente, não é verdade, o que acontece, é que nenhum paciente foi atendido diretamente pelos serviços, só através da regulação. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Secretária, então verifique, porque é exatamente essa instrução: que a partir de primeiro de abril, as vagas serão reguladas pela central de regulação. Toda essa informação que ela te deu, ela deu pra mim também, e ai foi que ela falou que está desde primeiro de abril, porque estava acertando a questão da prorrogação do contrato, para poder continuar o serviço, por que tinha acontecido o encerramento do contrato, e aí eu perguntei: nossa, vocês estão desde 2013 e não fez isso, e ela falou: "Isso é coisa da secretaria, e você sabe como funciona". **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Olha, só posso te dizer que fico surpresa com o nível da informação, e até pelo fato de sugerir que vocês fizessem o serviço particular, o que a gente tem de fato, é uma restrição, e estamos formando uma fila, claro que não é bom, seria ótimo se gente continuar mandando tudo e não ter fila, por que fila a gente tem que gerenciar. A Gil hoje está escolhendo quem mandamos, conforme eles vão disponibilizando as vagas, e a gente vai fazendo fila para o que vai ficando com o contrato novo. Mas em nenhum momento nos suspendemos totalmente o atendimento, só estamos regulando, pois antes era mais livre, era solto, e tampouco tem orientação sobre questões de cobrar, pelo amor

de Deus, a ideia não é essa. A demanda vai pra regulação, e a gente faz esse filtro, e o que é mais urgente, encaminhamos conforme a disponibilização de vagas, pois a gente acaba ficando na mão do serviço, diria assim ficando na mão com relação a que oferta de vagas é essa, por que a gente depende deles atenderem, avaliar cada paciente, definir os procedimentos para abrir mais uma vaga dentro do prazo que falta para encerrar esse contrato. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Então, secretária nessa questão, amanhã eu vou atender um grupo de pacientes que vieram me procurar. Eles vieram questionar essa questão por que eles também têm a mesma informação. Após reunião com eles, vou fazer uma ata e estarei encaminhando via requerimento. Ou não sei como poderia, mas após reunião com eles, eu vou encaminhar um requerimento questionando isso, pois esta é a orientação que todos estão recebendo de dentro da Fisioclin, e aí, eles vêm automaticamente procurar os vereadores. Por isso passam pra nós, como se estivesse parado. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Vai ser bom, por que enquanto estamos conversando, estou pensando que quero chamar a Cris e o Donizeti, para conversar urgente sobre o posicionamento da clínica, a respeito dos fatos e a informação que eles têm passado aos pacientes, então como você vai ter essa reunião, eu vou até esperar essa ata, por que fortalece a fala, que não é uma pessoa falando, é uma série de pessoas que vão falar, vão assinar e a gente vai ter argumento pra questioná-los e alinhar, afinar o discurso que tem que ser o mesmo, e tem que ser real, pois não tem essa situação de zero atendimento, não é real. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Uma dúvida: você comentou que vai procurar o Donizeti, para poder questioná-lo a questão da *Fisioclin*. O Donizeti é o quê, é ex vereador aqui?, desta Casa de leis? **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Ele é o dono da clinica, eu acho. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Eu tenho a leve impressão que ele era vereador em 2013, não? Está bom, então. Mais uma questão: já tem uns três anos, que tem um processo seletivo rodando aí na área da saúde, e ele não se resolve, não se encaminha. Queria saber em que pé está esse processo seletivo. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** O processo seletivo para contratação de pessoal, você fala, que é esse processo vigente, que através dele tem um pessoal contratado. É isso vereador? **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Esse que tem três anos, foi feito concurso, ficou de chamar o pessoal, que chamou, que parou, que voltou. Em que pé está o processo seletivo? **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:**O concurso vem para readequar o quadro, e pra substituir o processo seletivo, por que manter o processo seletivo. O concurso está em trâmites, e ele teve a publicação dos classificados dia 27, a previsão de homologação é no dia 06 de junho, a partir da homologação nós vamos começar a chamar o pessoal para recompor o quadro nos nossos serviços, e gradativamente, vamos substituindo o processo seletivo, que é uma necessidade em função da irregularidade dessa situação. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** E para encerrar, minha última questão é: eu tenho recebido denúncias de diversos munícipes, que a marcação de consultas, e exames, ela acontece uma única vez por semana, e em alguns casos uma vez por mês, formando filas quilométricas. É Piratininga, jardim Odete, Jardim do Carmo, enfim na cidade inteira. Esse processo ainda acontece? Como está sendo tratado a marcação de consultas e exames no município?

Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo: Cada unidade tem formato, não é Ariane? Eu não vou saber responder de todos, mas você pode falar? **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Se ela puder entrar aqui para nos explicar, seria importante. **Coordenadora PSF Ariane Antunes:** Boa noite. A marcação de consulta, ela funciona dependendo da unidade. As estratégias e saúde da família, no caso que o vereador falou de Piratininga, é semanal, e a marcação de consulta é por médico, por que lá é por área? São quatro áreas, então a marcação se dá por área, tem um dia para cada área. Nas unidades básicas de saúde, as marcações de consultas, geralmente são de demandas livres, chegou, agenda. Tem outras, que é o caso do jardim do Carmo, que a marcação é mensal. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Um momento vereador. Pedimos pra adentrar o plenário, o Magrão e o Fábio, conselheiros eleitos atuais. Prossiga vereador. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Só pra complementar, eu tenho casos também, eu te pergunto, demora-se tanto tempo, cada posto de saúde tem um modelo de marcação de consulta, algumas são feitas semanalmente, outras são livres, outras são mensalmente, mas eu tenho casos de pessoas ficarem um ano, aguardando por exemplo pra um exame ou a consulta de um especialista. Como é que o município está tratando disso? Como funciona, qual é o crivo. **Coordenadora PSF Ariane Antunes:** É assim: as consultas de especialidades nessas UBSs, nas estratégias da família, tem um generalista, o generalista ele atende tanto gestantes, quanto hipertensos, diabéticos. Atende toda a família, em todo o seu ciclo de vida. E você tem nas unidades básicas de saúde: clínicos, pediatras e ginecologistas, e em algumas unidades, serviços de psiquiatria. A especialidade funciona assim: passa-se com esses médicos esses médicos fazem o encaminhamento, lá na unidade tem uma micro regulação, que encaminha esse caso para a central, para regulação. Os casos extremamente urgentes, o médico especifica a diretora, ela entra em contato com a Gil e a Ângela, que é da regulação e já agenda de imediato. Agora, a fila de espera em questão de especialidade, precisamos chamar a Gil, que é o setor que ela cuida. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Gil, por favor. **Coordenadora PSF Ariane Antunes:** Só isso na questão das unidades? **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Questão de ordem, vereador. Queria convidar também a doutora Adelaide e doutor Jales pra compor nossa mesa. Prossiga vereador. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Ela está vindo explicar a questão das filas. **Giuliane-Central da Saúde:** Boa noite a todos. Com relação à questão das especialidades como a Ariane falou, o paciente passa na UBSs, clínico, pediatra, ginecologista nas UBSs e no generalista na questão das estratégias, e eles encaminham para as especialidades. Passam na sala de agendamento da unidade e são encaminhados pra central de regulação que fica na secretaria da saúde. A central de regulação agenda no centro de especialidades, para algumas especialidades que temos aqui no município, que ficam no centro de especialidades na central de saúde, ou via CROSS, que é o sistema da secretaria de estado da saúde, do qual recebemos vagas para exames e consultas de especialidades. Então, recebemos uma cota mensal, às vezes mínima, essa cota mensal que recebemos pra atender esses pacientes. A questão da urgência, quando o médico encaminha e o médico coloca guia que é prioridade de urgência, quando chega na Secretaria, já é separada e vai para uma pasta de

prioridades. Então essa guias, têm prioridade de atendimento. Elas não são agendadas imediatamente, por questões de cota que recebemos da secretaria de estado, ou com vagas no centro de especialidades. Mas elas têm prioridade de atendimento. Os outros encaminhamentos, nós vamos agendando conforme vão sobrando vagas, ou vão surgindo vagas no bolsão do sistema, ou solicitamos pra DRS uma quantidade maior de vagas. Conforme a gente vai recebendo a gente vai agendando para as especialidades. Então, qual é o problema: nós temos muita demanda, a demanda é muito maior que a oferta hoje. Hoje nós recebemos uma quantidade de vagas no sistema, que é mínima, ela é ínfima pra atender o município, na questão de exames e especialidades. E também, a gente vem percebendo já a alguns anos: temos uma taxa de absenteísmo muito grande, nessas consultas e exames. Então nós temos faltas muito grandes. O paciente agenda e não comparece nas consultas, e não devolvem a vaga para gente. Quando o paciente avisa que não vai comparecer à consulta, nós colocamos outro paciente no lugar imediatamente. Quando esse paciente não aparece e não avisa, fica como absenteísmo, então nas vagas do mês seguintes, nós vamos recebendo cortes nessas cotas. Então a gente tem aí um trabalho de formiguinha nas unidades, pra conscientização desses pacientes, na importância deles no comparecimento a essas consultas, para que a não percamos as mínimas vagas que temos. Principalmente via CROSS. Nós somos muito cobrados em relação a isso. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Só por curiosidade, hoje você tem uma ideia, por que temos relato de um ano, dois anos de espera pra passar em ortopedista, acontece isso realmente? **Giuliane-Central da Saúde:** Dependendo do exame, sim e da especialidade, sim. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Nessa questão, Gil, eu encaminhei um documento no dia em que estivemos em reunião na secretaria estadual de saúde, e questionei a questão do AME do município de Itaquaquecetuba. Da sua importância. Eu tenho até um documento que me surpreendeu, e eu vou encaminhar um requerimento para secretaria, para que pontue quais são as demandas reprimidas. Por que segundo o setor da secretaria estadual, não tem demanda. **Giuliane-Central da Saúde:** Como não? Nós temos reuniões mensais de regulação e a DRS tem ciência de todas as demandas nossas. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Eu te mostro por escrito, que a central de regulação do estado, informou que exames existentes e as vagas existentes disponíveis pelo CROSS é suficiente. Eu fiquei assim abismada, até mesmo por saber e por ser procurada. Então eu falei pra ela: então não estou entendendo o que está acontecendo, por que o número de pessoas que nos procura como o vereador falou, e que fica um ano com o documento na mão, tem alguma coisa errada, daí ela falou: então vereadora eu aconselho que traga qual é a demanda reprimida do município, por isso vou fazer o requerimento a semana que vem, sobre esse questionamento. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Olha vereadora, com relação à instalação do AME aqui na cidade, ou ainda que não fosse aqui, fosse na região, ela só foi oficializada, a nossa solicitação, depois de um super trabalho que a Gil inclusive participou, uma comissão, porque a gente nem trata da demanda reprimida só da nossa unidade, porque o AME é regional, ele vai atender às outras. Então foi feito um trabalho ótimo, em que nós apontamos um monte de problemas atuais, inclusive com relação ao estado, de ofertas de vagas que a gente não precisa e falta de vagas, para

quem precisa. Então nós fizemos uma série de apontamentos, com a necessidade de readequar os contratos de gestão que eles têm atualmente com os prestadores, e de oferecer o que de fato precisa. Tem um trabalho que embasou essa solicitação, e que a gente poderia disponibilizar inclusive esse trabalho pra você, já que você está intermediando, embora vereadora de Itaquá, mas você acaba falando em nome da região, porque o AME vai ser regional. A gente poderia disponibilizar, porque ele é um trabalho super completo é vai mostrar tudo, a demanda reprimida de toda a região e às nossas reais necessidades. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Eu agradeço, porque eu fiquei realmente indignada quando ela me passou e por incrível que pareça, me deu por escrito, e aí o secretário viu a minha indagação, inclusive o deputado Neto também representa o Alto Tietê, então ele falou: é regional não é? Então se não for possível em Itaquá, que seja em outro município. Então eu falei: não deputado, a gente está brigando a tantos anos, desde 2008 a gente briga por um AME, a gente tem toda uma história, e aí foi quando o secretário pontuou que seja feita uma entrega da demanda diretamente ao deputado, para que o deputado leve para fazermos uma nova discussão. Então eu acho que esse documento vai ajudar bastante. Eu vou fazer um requerimento, e aí, eu não sei como vocês chamaram esse documento. **Giuliane-Central da Saúde:** É um estudo, eu apresentei aqui na câmara, numa apresentação que eu fiz. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** É o mesmo? Mas a gente não ficou com cópia, eu lembro que você trouxe, fez toda a apresentação, mas a gente não ficou com cópia. **Giuliane-Central da Saúde:** E a demanda surgiu, de tanto a gente pedir na reunião regional mensal de regulação, a demanda inicial desse levantamento, desse estudo, surgiu da própria DRS, juntamente com o COSEM, então eu estou achando meio estranho a resposta que eles forneceram.. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Eu também. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** São desencontros não é? Às vezes a pessoa que estava lá na reunião é mais assessor direto do secretário, e tem o pessoal da DRS, que detém as informações. **Giuliane-Central da Saúde:** Mais alguma questão? **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Vereador, com a palavra? **Ver. David Ribeiro da Silva:** Então, em cima dessa questão de marcar os exames, de marcar as consultas, eu tenho várias reclamações no meu gabinete. Inclusive eu peço, como eu sou de um grupo de oposição ao governo, eles não atendem algumas pessoas, e eles vêm reclamar. Em algumas situações, eles chegam lá, e se for do grupo dos nossos vereadores eles atendem, se for do outro, eles não atendem. Mas eu não sou de grupo nenhum, você paga seus impostos, você tem seus direitos garantidos. Eu peço pra eles, vai até a secretaria, você é munícipe, você paga seus impostos, pede pra protocolar a guia ou a solicitação. Alguns já chegaram a comentar comigo, que eles não aceitam, não dão protocolo. Por exemplo, se eu chegar com duas guias e falar protocola pra mim que eu estou dando entrada nesse pedido de exame, nesse pedido médico, eles não protocolam, eles têm que sair de lá sem protocolo. Isso chega a demorar três meses, seis meses, um ano, e aí conforme a especialidade a gente sabe que demora. Mas aquele paciente que entrega o protocolo.Desculpa, que entrega o pedido, sai sem protocolo. Tem alguma previsão ou essas informações que eu tenho não são corretas? **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Posso responder? Depois você complementa, Gil. É que o fluxo, não é

entregar a guia na secretaria, o fluxo estabelecido, é que a guia é na unidade, então, a gente não recebe guias na secretaria. Em nenhum momento, nem nas secretarias, nem nas unidades, a gente não faz nenhuma relação política, diria assim, se é desse ou daquele vereador, a gente não pergunta, e nem nos importa, a gente recebe a demanda de uma pessoa, de um paciente, se ele tem uma guia é por que ele passou previamente em algum atendimento, ele está sendo assistido, e nós seguimos a solicitação médica de exame ou de consulta. Não receber na secretaria, vereador, não tem nenhuma relação política, de jeito nenhum, nós não recebemos, porque não é o fluxo. Tem que ir na unidade, é importante fazer o registro no prontuário do paciente, lá fica tudo anotado, que dia que mandou a guia, quando ela voltou, é lá que entrega e monitora. **Ver. David Ribeiro da Silva:** Sim, mas a minha pergunta é se o paciente sai com algum protocolo, que seja das unidades. **Giuliane-Central da Saúde:** Sai, sai com o protocolo da unidade, ele sai da sala do médico, passa na sala do agendamento, é preenchida essa guia com os dados do paciente, e é deixado lá lá unidade para encaminhamento via malote para regulação. Bastantes pacientes, nos procuram na secretaria com o protocolo da unidade, não sei se são todas que dão esse protocolo. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Então, Gil, dá uma verificada pois não são todas que entregam o protocolo, inclusive, seis meses atrás eu tinha questionado o secretário Willian Harada, exatamente por esse problema, por que o paciente veio aqui e falou: eu deixei lá no posto. Quando? Ah, deixei lá. **Giuliane-Central da Saúde:** Eu vou verificar com a Ariane, da atenção básica e ela vai verificar quais as unidades que não dão esse protocolo, pra gente regularizar. **Ver. David Ribeiro da Silva:** É justamente isso que a vereadora colocou. Várias pessoas chegam e falam que entregaram, e não tem data, passam seis meses, um ano, e ela vai reclamar, e às vezes não acha, não sabe onde está. Então acontece isso, mas obrigado pela informação. **Giuliane-Central da Saúde:** Eu só queria responder à senhora que está com a guia faz três anos: eu não tenho demanda de cirurgia infantil de três anos parada na secretaria, pode ter havido algum... mas se a guia está na mão dela, realmente ela está a três anos esperando. É uma cópia. Vou pedir pra ela conversar comigo pessoalmente, por que, o que acontece: muitas das vezes, o telefone que o paciente deixa na guia, a gente agenda e não consegue contato, então nós temos muitos problemas com telefone de contato. Então, temos que cancelar esse agendamento e dar vaga para outra pessoa, pra não perder essa vaga. E aí, a gente devolve essa guia para o prontuário do paciente nessa unidade. Então, pode ser que tenha acontecido isso. Vou verificar o caso dela pessoalmente. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Mais alguém, mais algum vereador? Fala o vereador Rolgaciano. **Ver. Rogalciano Fernandes Almeida:** Boa noite a todos, quero cumprimentar nossos vereadores, funcionários da saúde, Fábio, Magrão, Dr. Chaves e a senhora que se faz presente aqui. Primeiro parabenizar o presidente da comissão pelo horário, esse horário é de fato bem melhor, porque a população pode participar. Em relação à questão da fisioterapia, eu recebi três reclamações também, sabemos qual a importância do paciente ficar esperando, pois pode agravar o estado de saúde desse paciente, e até onde eu sei, não foi resolvido. Então é importante que a secretaria de saúde dê uma atenção especial a esse problema da fisioterapia, porque o paciente pode ficar acamado por falta de tratamento, sra.

Secretária. Precisamos de uma resposta muito urgente em relação a esta questão. Sabemos a burocracia que é, às vezes um processo licitatório, ou algum entrave, mas como se trata de saúde, tem pressa. Então, aproveitando essa audiência, fica aqui o nosso pedido de atenção urgente nessa questão. Em relação às ambulâncias, tem havido bastante reclamação em meu gabinete, de não conseguir vaga, de não conseguir atendimento ou que tem que solicitar com mais antecedência para que seja feito o agendamento enfim. Vocês funcionários, eu tiro o chapéu pelo empenho e dedicação que vocês têm, e que vocês fazem com amor, porém, se não tiverem estrutura, se não tiver mais investimento, nós sabemos que é impossível que vocês possam atender essa demanda de uma população tão grande. Então, o que nós queremos: Investiram 21% (vinte e um por cento), se precisar tirar de outro setor pra investir em saúde, tenho certeza que a câmara não vai se opor a isso. Portanto, fica como sugestão também, que seja feito um processo de licitação ou contratação de uma empresa pra locação de ambulâncias, por que isso dá uma dinâmica maior no atendimento. A gente sabe que é demorado uma licitação para consertar uma viatura que quebrou, a gente sabe que todo processo licitatório é demorado. Então para dar uma dinâmica maior, fica como sugestão, de repente se pensar em uma locação de alguns carros; trabalha-se com uma parte de carros próprios e outra parte locados, por que a empresa, se quebra um veículo, ela não tem que fazer licitação pra consertar esse veículo, ela tem que substituir, pode-se colocar no contrato que imediatamente ela tem que substituir essa viatura que quebrou, então, vai dar uma dinâmica maior. Eu conheço vários municípios que estende esse tipo de contrato, não só pra ambulância, mas serviços essenciais, como segurança pública. Na cidade de Barueri, a frota é toda locada. O que importa, é um contrato justo, é um recurso que é da própria população, que vai ser bem aplicado, a população estará sendo atendida. Então às vezes falam, "vamos economizar", mas economizar deixando a população sem atendimento, não seria o melhor caminho. Portanto, fica como sugestão essa questão, viu, secretário. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Com relação à fisioterapia que você falou inicialmente, só complementa as falas dos demais, de fato a restrição vai ter acontecer pra gente encerrar o contrato, mas temos os critérios, nós vamos ter essa reunião com os gestores da clínica, até pra qualificar essa informação que está sendo prestada. Com relação à locação de veículos, nós idealizamos isso no ano passado, não é Roberta? Chegamos a fazer levantamento para possível locação, mas era um contrato caro, que no momento não cabia no bolso da secretaria de saúde. Como a gente conseguiu viabilizar recursos para a ampliação da frota, durante o ano passado, então nesse momento, com recursos vinculados de emendas parlamentares, são recursos que não atrapalham o custeio. O dinheiro já é da secretaria, então a gente optou nesse momento na reposição da frota. Não é nem na ampliação, por que na verdade a gente quer repor, a gente quer parar de rodar os carros que estão em condições muito precárias. Agora, pretendo nos próximos dias, com a autorização do secretário, iniciarmos um processo de locação de van adaptada, por que nós tivemos o nosso carro roubado, e aí não tivemos reposição até agora, mas aí é um carro ou dois, para um transporte mais isolado dos transportes dos cadeirantes. E aí, nós voltamos, e vamos fazendo nossos estudos, pra ver se a gente consegue encaixar nas

contas da secretaria uma despesa de locação, que eu concordo, que eu acho que é um contrato legal, não tem manutenção, não tem essa de parar, e se parar a empresa tem que repor. Mas é um contrato caro, e que até o momento nós não conseguimos viabilizar, mas nós vamos continuar lutando por isso, fazendo as pesquisas de preço, e vendo em que momento a gente consegue encaixar essa despesa no custeio da secretaria. **Ver. Rogalciano Fernandes Almeida.:** Perfeito, até essa questão do roubo do veículo, tudo isso, o munícipe não vai sofrer com a demora na reposição, no caso sendo locado. Outra questão, que eu deixo aqui como solicitação e sugestão. Para que em caso de ponto facultativo, a população sofre um prejuízo muito grande, quando o serviço é interrompido, e não é avisado com antecedência. Então, a gente sabe muitas vezes da demora que é pra conseguir uma consulta, um atendimento médico, e de repente tem um feriado e a prefeitura decreta ponto facultativo, é de extrema importância, que tenha um olhar pra essa questão, por que a gente tem acompanhado um prejuízo muito grande por parte da população quando isso ocorre. Então a saúde, por ser um produto essencial e de extrema importância, não poderia sofrer essa paralisação, como um outro setor normalmente sofre. Então, fica como sugestão. Ok? **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Existe um calendário de pontos facultativos, que é lançado todo inicio de ano, então a gente sabe previamente, e não fazemos agendamentos para aquelas datas. Se eventualmente acontecer algum ponto facultativo por um outro motivo não previsto anteriormente, pelo decreto do prefeito, eles nos avisam com alguma antecedência, e o que a gente faria nesse caso, seria o remanejamento desses atendimentos que são de rotina, que são agendados. E os serviços de urgência, esses sim, permanecem em pleno funcionamento. Mas normalmente os pontos facultativos são programados previamente e já não tem agendamento pra essas datas. **Ver. David Ribeiro da Silva:** Eu gostaria de fazer um pedido (só um minuto Rolgaciano) pro presidente Pelé, que constasse em ata, que a fisioterapia é do ex vereador Donizeti, que tem ligação hoje com a Cida da fisioterapia aqui da Câmara Municipal, e também queria deixar uma pergunta: se a secretária, se ela sabe se dentro do quadro da saúde, existe algum tipo de nepotismo. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Vereador, sobre o Donizeti, eu queria dizer que não sei, a respeito disso, dele ser vereador ou não, você é que está afirmando, não é? Não sou eu que estou afirmando. **Ver. David Ribeiro da Silva:** Você comentou que ele é o dono da fisioterapia, e eu estou falando que ele teve um mandato aqui até 2016. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** É, não sei se ele é dono, se ele é gerente, a relação que ele tem lá, como eu trabalho aqui a pouco tempo, há um ano, eu tratei, algumas poucas vezes que eu tive contato, mas eu desconheço essa questão de vereador, enfim, mas só não falar que eu falei, até por que realmente eu não sei. Com relação a nepotismo, você disse? **Ver. David Ribeiro da Silva:** A senhora sabe se dentro do quadro da saúde existe algum... se a senhora sabe, tem conhecimento, se não tiver também... **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Não, eu desconheço **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Mais algum vereador com a palavra? **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Tem mais uma questão só. Da gama de medicamentos da rede, da rede básica que são disponíveis na grade de medicamentos, qual o percentual de falta hoje? **Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Não vou

saber, você sabe? **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Percentual da falta de produtos da grade. Se você puder entrar aqui. **Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo: (repetindo o que Ivo Henrique-chefe da seção de medicamentos falou da platéia).** Vou repetir o que ele está falando: São 288 (duzentos e oitenta e oito) produtos padronizados, e aí em torno de 10% (dez por cento) falta. A falta, dificilmente a gente vai falar que estamos com 100% (cem por cento) dos itens abastecidos, por que a falta, ela pode ter tido relação com o atraso no procedimento licitatório, ela pode ter relação com a falta de entrega por parte da empresa vencedora, a gente tem vários processos de penalização, o ano passado foi bem forte essa questão da gente penalizar as empresas, o que não era sempre habitual, então a gente fez isso bem forte, justamente para aquela empresa que pisa na bola e que não está disposta a ganhar a licitação e fazer as entregas, então ela que nem venha participar de novos procedimentos licitatórios, então, a gente ter 100% (cem por cento) de estoque, isso realmente é difícil, porque a gente depende desses outros fatores. Às vezes, tem outras questões, problema com matéria prima, aí deixa de fornecer temporariamente determinado produto, então o Ivo, que é responsável, ele está informando que a gente tem hoje em torno de dez por cento de falta dos itens padronizados. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Só uma curiosidade, Nimesulida é um desses? Não é padronizado. Depoprovera, há quanto tempo? Você pode entrar aqui pra registrar? **Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Enquanto ele vem, deixa eu explicar uma questão: tem alguns produtos, não só medicamentos, a gente tem por exemplo, repelente, DIU, esse medicamento anticoncepcional, a gente distribui no município, mas recebe do estado, então se eventualmente o estado tiver problema desse nível que a gente tem, atraso na licitação, ou problema com fornecedor, então eles deixa de entregar, então nesse período a gente acaba deixando de fornecer também. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Só pra repetir a pergunta. Você disse lá. Qual que é o percentual dos duzentos e oitenta e oito medicamentos da grade que é o percentual que falta? **Ivo Henrique – chefe de seção de medicamentos :** São 288 itens padronizados na rede, e questão de nove a dez itens em falta, então são menos que dez por cento. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Nove ou dez itens ou nove a dez por cento? **Ivo Henrique – chefe de seção de medicamentos:** Nove a dez itens, ou seja, menos que dez por cento. A vereadora esteve presente lá, com outro colega. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Adriana, só por curiosidade, você tem mais experiência, inclusive é a Adriana do Hospital, conhece muito da área da saúde. Me explica uma coisa de nove a dez, não é o que eu costume ver nos postos de saúde, não é o que eu escuto com os munícipes que me procuram. A sua sensação é a mesma que a minha. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Não, vereador, nós realmente estivemos lá com o Ivo, com o Roni, com o Edson que é o presidente desta casa, realmente eles têm uma padronização de duzentos e oitenta e oito itens, e o dia que nós fomos lá, acho que nove itens estavam em falta, alguns medicamentos estavam vencendo, que era do estado, e o estado ainda não veio retirar, e ainda a gente verificou o que acontece, porque o vereador está falando isso. Nós recebemos aqui constantemente, os pacientes que dizem: "eu fui na unidade e não tem medicamento". Qual o problema que inclusive eu mostrei pro Ivã. A padronização, ela

não está sendo do conhecimento da equipe médica, então o médico prescreve uma medicação que não consta da padronização, e ai, automaticamente quando chega na farmácia, não tem o medicamento, e a pessoa que está na farmácia, que deveria ou voltar com a receita e explicar: olha doutor, essa receita não é padronizada. Então, eu e o vereador Edson, pedimos que fosse feito um trabalho junto à equipe médica, pra que não ocorresse mais isso, por que quando o paciente sai de lá, claro que a conduta médica ninguém vai intervir, mas a questão da padronização, ela precisa ser passada pra equipe, porque senão os pacientes vêm aqui com a receita, e não tem no posto. Por que não tem no posto? Por que a padronização, ela não é... eu não entendi... Alguém falou alguma coisa? É isso aí Dona Rita. Precisa ser passada para a equipe médica essa questão. Claro, se for um remédio que o médico acha que não está na padronização, que ele faz questão que o paciente tome, ele vai ter que explicar ao paciente toda essa questão. Santiago, o vereador falou que eu tenho experiência, cada dia que passa estou aprendendo muito mais com essa equipe da saúde aqui. Obrigado. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo :** Adriana, podia perguntar um pouquinho? Já existe um trabalho nesse sentido nas unidades, de conscientização dos médicos? **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Só uma dúvida, eu perguntei do nimesulida, que é uma informação que eu tinha, e eu entendi que ele não faz parte da grade. Ele é um antiinflamatório não é isso? Qual substitui ele hoje? **Ivo Henrique – chefe de seção de medicamentos :** Diclofenaco de sódio. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** E esse depoprovera, esse é estadual não é isso? **Ivo Henrique – chefe de seção de medicamentos :** Isso, a gente recebe através do estado. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Qual o período que falta ele hoje, só pra ter uma idéia? **Ivo Henrique – chefe de seção de medicamentos :** Está em falta mais ou menos há uns três meses. A gente não recebeu ainda uma previsão do estado, de normalização pra esse item. Mas a gente tem outros como substituto. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Obrigado. Minha última questão é só pra perguntar se o relatório, os números dessa audiência pública foram passados antes para o conselho Municipal de Saúde. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo :** Já foi a reunião do conselho Gil? Vai ser sexta feira, não é? **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Magrão, estou sentindo uma inconformidade. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Olha, o conselho é assim: os relatórios para os conselhos, eles vêm mensalmente, eles não vêm acumulados; ou melhor eles vêm acumulado mensalmente, que a informação ela é acumulada, mas fechou janeiro, vem o relatório janeiro, fechou fevereiro, vem o relatório fevereiro. Então ele vem o tempo todo, e a comissão se reúne o tempo todo. O último relatório, a reunião da comissão vai ser na sexta feira, não é Gil. Já foi a reunião da comissão, e agora vai apresentar para o pleno do conselho na sexta. É porque a Câmara não aprova, o que aprova é o conselho, a câmara apresenta os dados. Porque o fato, é que os dados são estes, ele é do sistema, ele é de fato o que foi executado, o relatório para o conselho, o resultado das despesas é super detalhado, ele tem fornecedor, número de nota fiscal, ele vai além dessas informações que a gente traz aqui. Então, o conselho acaba tendo embasamento e condição de não aprovar e se for o caso aprovar com ressalva, de pedir esclarecimentos, de pedir cópias de notas, se for esse o caso.

Então, para a Câmara, a idéia de uma audiência realmente é de trazer as informações de forma sucintas e não tão detalhadas, e a aprovação cabe ao conselho. O problema, que não é só aqui, mas em todos os municípios que eu já trabalhei, a situação é a mesma, é o prazo curto que a lei estabelece. A lei estabelece um prazo praticamente inviável, por que a gente encerra o mês de abril, e a gente tem que prestar contas até trinta de maio. Só que encerra o mês de abril, e pra ter o relatório pra fazer as reuniões, pra fazer toda a análise, a gente precisaria no mínimo de trinta, quarenta, cinquenta dias para fazer uma análise bem feita, para viabilizar as discussões, esclarecimentos e depois aprovar na comissão, aprovar no pleno, e depois sim, vir para a câmara. Mas a lei estabelece prazo curto para a câmara, com relação ao conselho, pra gente anexar no sistema AUDESP os pareceres do conselho. Essa do primeiro quadrimestre é até o dia quinze de junho. Então ele dá mais prazo para o Conselho do que para a Câmara. Então a gente vem aqui, por questão de lei mesmo. Concordo que o ideal seria vir depois do conselho, mas a gente não consegue ter esse tempo pra fazer as discussões pertinentes junto ao conselho. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Como é uma audiência pública, qualquer pessoa que se interessar em falar, pode falar. Com a palavra, o Magrão do Sindicato. **Magrão do Sindicato:** Obrigado, boa noite a todos. Eu quero começar, primeiro agradecendo o Presidente, que foi um pleito do Sindicato dos Metalúrgicos, que mudasse o horário da sessão, e não passaram dois dias, e eu já obtive a resposta e estou no aguardo para que a população comece a participar. Se nós hoje aqui nesta audiência tirarmos os funcionários públicos, vão ficar poucas pessoas, e é um tema de relevante importância para o nosso município, que é a saúde. É super importante. E voltando ao tema, eu queria questionar o seguinte: duas coisas. Primeiro, eu vi logo no começo, alguém dizendo que tem seis ambulâncias funcionando, e eu ouvi uma resposta lá do fundo, que é o suficiente. Se nós pegarmos essas seis ambulâncias e dividirmos pelo número de habitantes, não está meio desconexo esse negócio não? Seis ambulâncias não é o suficiente, então nós temos aí, que dedicar um pouco mais dessa verba, para aumentar o número de ambulâncias. Nem todo morador da cidade tem seu carro próprio e depende realmente das ambulâncias. Eu fiquei muito assustado com esse número, embora lá no fundo falaram que é o suficiente, porém eu não sei que matemática é esta. E outra questão que eu acho também muito importante, eu queria perguntar: por que a eleição do conselho já aconteceu? Esse mandato que está aí já venceu faz tempo. O usuário cumpriu os prazos, já foi eleito, foi eleito todos os membros dos usuários, foram eleitos os trabalhadores. Resta apenas o governo indicar o dele e publicar, dar posse aos novos conselheiros. Eu não consigo entender, vir em uma audiência pública, sem antes ter passado pelo conselho. Esta é a ordem, passa pelo conselho, o conselho se reúne, e é só chamar que o conselho vem, porém nós estamos com o conselho vencido, tudo pronto, somente aguardando sair a publicação, e essa é minha pergunta: Por que não publica, por que não dá posse ao novo conselho? Se todos nós usuários já cumprimos, os trabalhadores já cumpriram com o edital, estamos agora aguardando. Nós já sabemos quem são os membros dos usuários, já sabemos quem são os membros dos trabalhadores, resta saber quem são os membros do governo, que nós ainda não sabemos. É de relevante importância. O parecer do conselho, o Tribunal de Contas leva

em consideração, é super importante, é um conjunto de medidas. E para a população, que a população participe. A audiência pública, é o momento em que o povo tem voz, pois no dia a dia, normalmente você chega lá e está lá: maltratar funcionário público, tá lá, toda sessão tem isso. E quando o usuário é maltratado? Então, nós precisamos buscar um pouco de equilíbrio nas ações, e na audiência pública, nós não visamos a pessoa, aqui não é nada pessoal contra o funcionário público não, o funcionário público é um trabalhador. Nós estamos falando aqui contra o sistema, nós precisamos melhorar o sistema de saúde na nossa cidade, para que todos possam ser beneficiados. É isso, e os números têm que bater. É essa minha avaliação. Então o meu questionamento é esse, com relação às seis ambulâncias e uma publicação para nomear os novos conselheiros. E até agora não aconteceu por quê? Essa é a minha pergunta. E no mais, parabéns, estão de parabéns os vereadores, temos que continuar insistindo para que melhore o atendimento da saúde em nosso município. E parabéns aos trabalhadores da saúde, que têm feito um bom trabalho. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Acho muito importante a sua colocação, Magrão. Aqui não é nada pessoal. É simplesmente uma questão de informação, e a ideia da audiência pública, é de caráter informativo, onde a gente não consegue se reunir com a maior parte dessas pessoas, pra ter essas informações no dia a dia. Só consegue via requerimento, qualquer coisa é quinze dias de prazo pra ter a informação, quando se é respondido. Então, eu acho que esse é um momento importante, mas eu queria aproveitar o ensejo da informação do Magrão, e pedir que a secretária faça um ofício, cobrando as providências na questão da posse do conselho, já que o prazo já se passou há bastante tempo, para que nas próximas etapas o conselho possa ter essas informações antes de vir para a audiência pública, e para quem venha participar da mesma forma que veio hoje. **Magrão do Sindicato:** Perfeito, Obrigado. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Obrigado. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo :** Com relação à quantidade de ambulâncias, Magrão, você falou que alguém tenha falado, eu não percebi, foi lá do fundo, eu não percebi, mas a gente reconhece, não dá falar que é adequado. A gente já conhece que é insuficiente, tanto que a gente está buscando captação de recurso externo, pois o recurso do dia a dia do custeio, a gente tem um gasto absurdo com folha, tem que garantir o material de consumo, contratos, locações, contas de consumo, água, luz, telefone enfim. Mas a gente tem buscado recursos externos para esse tipo de aquisição de bens permanentes, temos recursos de emendas parlamentares, inclusive estamos agora com mais um processo pra comprar, de um deputado que não lembro o nome, que viabilizou R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e a gente vai comprar mais uma ambulância. Então a gente reconhece sim a insuficiência da nossa frota, não só de ambulância, mas dos demais carros, e a gente busca essa captação de recursos fora da nossa rotina, por que dentro da rotina acaba não cabendo. Mas a gente busca, sempre que abre proposta no Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Saúde, o SANI, que é um sistema do governo do estado, a gente sempre busca. Todo dia eu entro, todos os dias eu entro nesses sistemas pra ver, deixa ver aqui se abriu uma possibilidade de cadastro, de proposta. Quando não é por emenda parlamentar, às vezes por programa eles viabilizam algum recurso. Então estamos muito atentos a isso, com a intenção tanto de modernizar a rede com relação a

compra de mobília, de equipamentos, quanto à ampliação da nossa frota, ou pelo menos a qualificação da frota e substituição dos carros que estão muito velhos. Com relação à posse do conselho, você acompanhou diretamente com a Lucile, que estava como presidente da comissão de eleição, os prazos todos que foram cumpridos, tudo corretamente. A gente teve uma perda de tempo aí com uma consulta jurídica que foi necessária em função de algo inesperado que aconteceu, que a gente nunca imaginou que o pudesse, e aí, finalizado esse processo que foi na semana passada Lucile? Ou a semana retrasada. A Drª kelli passou pra mim lá no gabinete, (que eu cuido dessa parte administrativa), o pedido de decreto. Na quinta feira passada eu fiz encaminhamento pedindo o decreto. Então é assim, o secretário já definiu os participantes do governo. Estão definidos e a gente já tem o ofício protocolado na secretaria de assuntos jurídicos pedindo o decreto, por que é lá que faz. A doutora Erivânia ligou hoje e falou com a Talita, não é? Pedindo a cópia do impresso que a gente mandou o oficio, pois são várias folhas, que tem o nome lá de cada um, a representação. Ela ligou hoje pedindo o arquivo digital, que eles estavam procurando o decreto. Então de acordo com o edital da eleição, saindo agora o edital, vai haver o prazo de quinze dias pra dar posse aos conselheiros. Saindo o edital, não, saindo o decreto. Então a gente também está na expectativa do decreto. Não houve morosidade, foi tudo imediato, protocolou o pedido, terminou o processo, ele mandou pra Kelli, a Kelli protocolou comigo, eu fiz o documento e dei para o Willian assinar, e já foi encaminhado para o jurídico, pedindo o decreto de nomeação dos membros. Saindo o decreto, já corre o prazo pra fazer a posse e a composição de mesa diretora, e aí sim começa esse novo grupo. O grupo atual, a previsão de que fosse haver eleição era setembro, no final deste ano, mas aí até por participação, intervenção da promotora, ela pediu que a gente antecipasse esse processo, e por isso que ele foi feito agora. Então é assim, o conselho atual, que é esse que vem aí desde dois mil e dezessete, que foi reconduzido, o que ela apontou como irregular a recondução, mas é o conselho vigente ainda, então hoje, amanhã, é esse conselho, até que saia o decreto que a gente possa chamar vocês para tomar posse, aí sim entra a gestão de vocês em prática. Mas não tem nenhuma intenção de morosidade por parte da gente não, pelo contrário, a gente também quer, a Lucile sempre cobra isso, a Kelli... A gente quer o quanto antes finalizar de fato o processo. A gente vai entender que finalizou o processo eleitoral quando vocês estiverem tomado posse, estiverem já atuantes como conselheiros. **Ver. Edson Rodrigues:** Secretária, por favor, referente à audiência pública, não tem que ter o parecer positivo do conselho? Ou não? **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo :** Não, a lei prevê que o gestor deve quadrimestralmente fazer a prestação de contas junto ao conselho, e audiência pública na Casa de Leis. Então são coisas distintas, tratadas na lei de forma distintas, que no meu entendimento acho que o ideal e adequado seria antes passar no conselho e depois na Câmara, eu compartilho esse entendimento. Em outros municípios que trabalhei, a gente lutou muito por isso e como organizar esse processo para que desse tempo, mas infelizmente não dá tempo. Em todo lugar que eu trabalho, tenho essa dificuldade, porque o trabalho do conselho é minucioso, não é a gente chegar lá e fazer uma leitura de números. A informação do conselho é mais completa, vocês têm a possibilidade de fazer toda a

análise e questionamentos, normalmente vai mais que uma conversa, vai na reunião da comissão, então, é o tempo que não dá, de fazer antes no conselho e depois na câmara. Mas a lei trata como coisas distintas. **Ver. Edson Rodrigues:** Está bom, muito obrigado. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Mais alguém quer a palavra? Nós não estamos escutando, dá pra senhora se aproximar e falar no microfone? **Aparecida Cardoso da Silva:** Boa noite, eu sou a Aparecida, eu sou membro do conselho de saúde de Itaquá, agora novamente eleita, eu vou fazer parte mais uma vez em mais um mandato, e primeiramente, o que eu quero colocar: dentro da saúde, nós temos sim profissionais maravilhosos, tiro o chapéu pra alguns que fazem o trabalho com amor e coração, que a gente vem seguindo. Dentro do conselho, nós temos uma comissão de finanças. Essa comissão se reuniu essa semana, e vai apresentar para o conselho na sexta-feira às nove horas em reunião extraordinária. Então tem uma reunião sexta-feira, que é aberta ao público, lembrando que todas as reuniões do conselho, de todos os conselhos, a população pode participar. Eu faço parte de vários conselhos, não é apenas o da saúde, então os munícipes são convidados a participar também, e os vereadores também. Então, participem, pois nós tivemos um monte de emendas que voltaram. Emendas muito importantes para o município, que voltaram. Dessas emendas, o município teve uma dívida de R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), de dívidas com o Estado. Estou falando de verbas estaduais. Então, por que voltaram se a nossa saúde é tão precária, por que acabam voltando? Na maioria das vezes, o que eu escuto: falta de projeto. Nós não temos ninguém aqui capaz de fazer os projetos? Então, se é comissão, eu acho que tem que ser estudada. Emenda do CAPS, só o CAPS Álcool e Droga, porque eu entrei no conselho foi por causa dessa emenda, que eu pedi através da deputada Janete Pietá. Dei a primeira emenda na época do Armando. E eu escutei que ninguém estava aqui pra cuidar de filho drogado de ninguém. Certo? E aí, depois, agora veio novamente a emenda, que era do tomógrafo. Foi revertida para o CAPS Álcool e Droga. Chegaram a apresentar dentro do conselho de saúde, um projeto do CAPS, que nunca saiu do papel, porém, dessa emenda vieram R$ 90.000,00 (noventa mil reais), e voltaram, com uma emenda de R$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). Então, por quê que a gente perde essas emendas? Então é isso que não dá para aceitar. Se nós temos tantas partes precárias na saúde, então, por que ela volta? Se nós temos dois postos de saúde totalmente fechados, construídos e fechados. Aí falam que é porque não temos recursos pra ter profissionais. Mas o que fazer? Vamos mudar, vamos tentar trazer esse recurso? Por que a população precisa, um é lá no Pequeno Coração, o outro está lá no Marengo. Mas vai lá, pra você ver se a população não precisa do posto! Então gente, muito obrigado, se precisar perguntar alguma coisa, pode perguntar. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** É que você mencionou o CAPS, inclusive a promotora, a doutora Sirlene fez aqui na Câmara uma audiência pública, na qual o secretário William Harada esteve, e Firmou aqui um TAC, que esse CAPS estaria sendo (foi uma audiência muito calorosa, em que o secretário colocou que era contra os serviços de CAPS, e aí a promotora acabou convencendo da necessidade, e eu estava aqui), e até agora, parece que a empresa teve algum problema, e o CAPS, perdeu. **Aparecida Cardoso da Silva:** Na realidade, gente, uma parte do CAPS, eu falo que é uma bandeira de luta pessoal, eu

não escondo de ninguém. Eu sou mãe de dependente químico, e eu sei o quanto o CAPS foi importante na minha vida e na vida do meu filho. Pra conseguir tratamento, eu fui no CAPS de Guarulhos, dormi na fila, consegui, e lá foi o inicio do tratamento dele, que hoje, só por hoje vem bem, mas eu sei o quanto é caro você dar um tratamento para um dependente químico. Um pai de família não tem condições de pagar mil e seiscentos, mil e oitocentos reais em uma clinica por mês. Isso não existe para nós trabalhadores, que ganhamos normalmente esse valor como salário. Então, como você vai pagar a internação de um parente seu, se vai o seu salário inteiro? Então é dentro do CAPS que a gente consegue esse tratamento. Não só para o dependente, mas para a família também. Eu faço parte do Amor Exigente, e sei como é importante a terapia de família. Por que hoje eu posso dizer, eu sou Aparecida e sou mãe dele, mas um dia, eu fui só co-dependente. Então é isso que as pessoas têm que entender. Aí fala assim: "eu tenho um tratamento na saúde mental, vai lá". Eu fui, e eles falam: você volta com seu dependente daqui quatro dias. Daqui quatro dias você não o acha mais, ele está na rua embaixo da ponte, jogado. Então, essa é a realidade de quem tem um dependente, diferente de quem não tem, que nem sonha o que é isso. Então, é um pesadelo, é uma questão não só de saúde aqui do município, mas de saúde pública. Por que nós sabemos como é difícil tratar essas pessoas. Muito obrigado. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Só pra complementar, a situação que você falou das diversas emendas que são perdidas pelo município, boa parte disso, se deve à gestão. O mesmo secretário que exerce o papel da saúde, da qual estamos fazendo audiência, é o secretário de finanças. Inclusive essa Casa de Leis, por diversas vezes, votou parcelamento, para que a prefeitura tivesse de novo a condição de limpar o nome e passar a receber essas emendas, estaduais, federais, enfim, e esse pagamento só é feito por um período que interessa. Então provavelmente próximo da próxima eleição, vai ser feito esse processo de novo, e vai voltar de novo para essa Casa de Leis, pra votar, pra que dê a condição de parcelar em sessenta, em cento e vinte, enfim num volume que imagine ser possível pagar durante um tempo. Pra que seja possível que essas emendas cheguem. Hoje, diversas emendas de outros deputados que nós ajudamos, que são de fora do município de Itaquá, que já mandaram pra cá, foram perdidas. Pra que você tenha uma idéia, e isso pra mim é gestão quem precisa fazer, e eu não estou aqui pra julgar se é bom ou ruim comandar uma ou duas pastas, enfim não me cabe julgar, mas eu tenho que dizer o seguinte, do jeito que está, não está bom. Se tiver que trocar, vamos trocar por alguém que seja competente, que seja da área, por que já está mais que provado, que quem mexe com números, quem é contador, parece que não entende nada de saúde. Então, temos que procurar alguém que realmente entenda e acima de tudo tenha amor pelas pessoas, e não pelos números, não pelos ganhos, ou enfim, da forma que faça. O que eu busco, e é o que os outros vereadores fazem também, é justamente enfrentar e combater tudo isso, por que não está bom. Durante muito tempo nessa casa, nós ficamos aqui tentando lutar sozinhos, e a partir do momento que nós conseguimos nos unir, pra tentar fazer isso, pra que tenha mais peso. O que nós estamos buscando hoje, é fazer as coisas funcionarem, por que o que você diz é uma verdade: não está funcionando. Vou comentar uma situação que aconteceu aqui. O Rotary Club, esteve

aqui com o prefeito municipal, pra poder doar, fazer um investimento de R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) em um tomógrafo. Estiveram com o prefeito e disseram: eu quero ajudar. Sabem o que ele disse? Eu não quero, isso vai dar trabalho, vai ter que manter, custa, tem manutenção. Então desculpe, eu não posso concordar e nem estar ao lado de quem toma uma atitude dessa. A gente tem que pensar primeiro nas pessoas, pra depois pensar no que vai fazer. Se veio, é novo e vai doar, vamos pegar, vamos servir as pessoas, depois a gente corre atrás pra saber como vai manter. Tira de um lugar menos importante e põe num lugar importante. Só que nós precisamos definir as prioridades, e as prioridades são sempre as pessoas e os munícipes de Itaquaquecetuba. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Avisando vocês, que já estamos adiantados na hora, e eu ainda tenho a minha pergunta pra fazer para a nossa secretária. Mas primeiro a Adriana quer fazer um adendo. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Eu gostaria, até para encerrar a minha parte aqui. Secretaria, eu e o vereador Edson estamos visitando, e todos vereadores aqui, estamos visitando algumas unidades para fazer a nossa função. Estivemos em uma UBS, a Jardim Odete, e fomos muito bem atendidos pela diretora. Ela tem o direito de responder o que ela acredita que pode ser, e o que ela acredita que não, ela falou não. Fomos bem atendidos. De maneira nenhuma ela nos tratou mal ou qualquer informação. As informações que ela achava viável, ela falou, outras ela falou que não iria informar. E aí, após essa nossa visita, os vereadores Edson e David, estiveram à tarde na UBS, eu não estive, e foram perguntar sobre o atendimento do médico daquele dia, quantos pacientes e etc. No mesmo dia, às catorze horas, passaram uma informação que o secretário de saúde fez uma reunião com os diretores. E a partir daí, que foi quarta-feira, nós começamos a receber ligações de médicos, dizendo que eles estariam indo embora, por conta de uma visita feita por nós vereadores, inclusive um deles ligou e falou: pôxa Adriana, fiquei chateado. Eu falei: doutor, de maneira nenhuma. Então, eu não sei o que aconteceu nessa reunião, o que foi passado para os diretores, e o que os diretores vêm passando para os médicos. Inclusive ontem eu recebi uma paciente, e ela disse que ia conversar com o esposo, por que nós vamos registrar um boletim, onde o médico relatou pra ela, que o atendimento dela não seria concluído, por conta que a Adriana do Hospital, está querendo que os médicos vão embora, por conta de cobrar horário ou atendimento. Então assim, ela ficou de conversar com o esposo, e caso ele aceite, nós estaremos registrando um boletim, por que ela tem a gravação, e aí eu gostaria de deixar um recado: O que nós vereadores estamos fazendo agora, eu deveria ter feito em 2013, aliás, desde 2014. No dia 09 de agosto de 2014 eu conversei com o senhor prefeito e falei pra ele: nós não podemos passar vergonha na Saúde, por que nós somos da Saúde, e pelo menos a saúde poderia estar funcionando um pouco melhor. Sei de todas as dificuldades e das situações, porém, não vou admitir que o secretário conte este tipo de mentira para os profissionais, e vem atribuindo a essa Casa de Leis, por incompetência dele, e não da equipe. A gente fala da incompetência do secretário, do secretário Willian Sergio M. Harada. Então é assim, se eu receber mais um médico, eu vou denunciar ao Ministério Público. Por que ele está colocando os médicos contra essa Casa. E o pior, está salientando que sou eu. E na verdade, secretária, o que nós estamos fazendo, (e o presidente está aqui), esta Casa de Leis devolveu ao

município, a última gestão, devolveu dois milhões e setecentos, e nós sabemos que todos os funcionários da prefeitura, ganham mal, e que a dificuldade na contratação de médicos, uma delas, e a principal é o salário. E o salário dos médicos da atenção básica, eles não recebem a gratificação, portanto, como o salário é menor, e conhecemos os profissionais médicos, qualquer oferta fora e melhor, ele vai embora. Então é assim: as condições que o secretário oferece são ruins, as condições do salário são ruins, e depois vem atribuir a incompetência dele a nós? Fico muito triste com isso. Então, eu gostaria que deixasse registrado, Senhor Presidente, que na próxima, eu vou tomar minhas devidas providências, por que ele não pode colocar funcionários contra a câmara. Então é assim, o que nós fizemos lá, não é nada ilegal, inclusive o prefeito protocolou uma ação judicial, cinco por sinal, e as cinco lhe foram negadas, onde ele pede que a nossa fiscalização seja impedida, então é assim, as cinco que o prefeito entrou no Tribunal de Justiça, foram negadas, pois estamos dentro da lei no artigo dez da lei orgânica. Fica aqui um desabafo pra vocês: uma coisa muito chata, receber colegas dizendo que você está atrapalhando o serviço. Senhor Presidente, gostaria que o senhor tomasse as providências, que o Major verificasse, e que qualificasse as pessoas que estão aqui dentro, todas as que estão aqui dentro, as qualificasse. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** O pessoal da platéia, será que vieram escutar sobre a saúde, ou vieram querer hostilizar? **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Queria que passasse uma lista de presença, e que tivesse nome de cada pessoa que está aqui dentro, por favor. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Só queria registrar uma coisa, nós falamos aqui sobre nepotismo, e a secretária adjunta, diz que desconhece. Eu queria só identificar, tem alguma Talita na platéia aí? Está ali não é? Vai ser feita a lista de presença ? Então está bom. Obrigado. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo :** Vereadora, eu não sei, e não vou entrar muito em detalhes, por que não participei dessa reunião, não acredito, não estou falando que você está mentindo, mas não acredito, sei lá, que as coisas sejam nesse nível, não sei. Eu quero te dizer, que estamos em um processo de debandada dos médicos, por que tem uma atuação muito forte do Ministério Público e do Tribunal de Contas, com relação aos acúmulos indevidos de vínculos, tem um processo iniciado em 2013 em Poá, todo os médicos que trabalham em Poá e em mais algum município, estão sendo investigados, e a investigação, quando vai apertando, por que aí cruza com FINES, cruza a vida funcional, como que o cara tem tanto emprego, enfim, eles acabam se desvinculando; muitos em função disso. O tribunal tem esse olhar forte mesmo, a cada vez que vem faz apontamento, nós temos que ter relógio de ponto, eles não querem mais o controle manual, eles querem o controle mecânico, e é uma obrigação do município, nós estamos em processo de compra, então, até quando finalizar isso, comprar os relógios, a tendência de perder médicos, ela é maior, por que a gente tem dificuldade em relação a cumprimento de horário. Então talvez seja só uma coincidência, o fato de ter tido uma reunião ao mesmo tempo em que vocês estão visitando as unidades. É assim, a gente estabelecer algumas regras e tomar o controle da assiduidade desses profissionais, é uma necessidade mesmo. Ariane, você quer comentar algo sobre a reunião? **Ariane Antunes:** Oi vereadora. Na realidade é assim: essa reunião aconteceu, acho que casou a situação. Quem me pediu essa reunião, foi o

Diretor do Monte Belo, o José, a Glória e a Ana do Odete. Por quê? Foram as unidades que receberam esse comunicado que a Silmara colocou sobre o Tribunal de Contas, em relação a alguns médicos. Eu propus para o Willian: vamos fazer, vamos explicar, por que os diretores queriam saber qual a posição dele. Aí, foi quando o Willian foi, e falou: vamos chamar todos os diretores. Então, a reunião não foi com esse intuito. A única questão foi que a diretora levantou que os vereadores foram fazer a visita no Odete. O Willian falou: vocês podem receber o vereador e dar a informação que for necessário. Eu estava nessa reunião, a doutora Sandra estava, a Dalila estava. Tanto que agora, as meninas estão fazendo um trabalho de conversar com esses médicos, e com o diretor junto, e explicar o que está acontecendo, o que o Tribunal de Contas está cobrando. Então, pode ter sido uma situação aí, mas não foi isso não. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Pode ser que tenha alguém se aproveitando da situação, criando... **Ariane Antunes:** Eu te falo, por que fui eu que solicitei essa reunião com o secretário. **Ver. Adriana Aparecida Félix:** Considerando que a pessoa que comentou com ela, com essa senhora do Jardim Odete. O médico fala bem claro essa questão, que ele vai embora, por questão dos vereadores, ele cita G 10, depois ele fala em meu nome, aí eu não sei. Então, eu acho que tem que ser uma reunião um pouco mais detalhada com eles. **Ariane Antunes:** Mas em momento nenhum o secretário colocou essa questão não. **Adriana Aparecida Félix:** Eu acho que disso ele não vai ser capaz, espero. **Ariane Antunes :** Os técnicos estavam nessa reunião, eu estive o tempo todo junto dele, e em momento nenhum aconteceu isso. **Ver. David Ribeiro da Silva:** Deixa eu só fazer um complemento vereadora. Nesse mesmo dia em que eu e o vereador Edson Presidente da Casa estivemos lá no Jardim Odete pedindo informações, a diretora estava nessa reunião, e nós pedimos algumas informações, e acho que abaixo dela ficava o enfermeiro. E nós pedimos informações, e ele falou que ligou pra alguém, falou que não ia dar essa informação, que tinha ordem de não dar mais informação nenhuma pra gente. Foi isso que foi passado no momento. **Ariane Antunes :** Não sei, por que talvez a diretora recebeu essa ligação e saiu. É que é complicado, eu sou enfermeira, vereador, e a gente arcar com uma condição dessa. Eu acho que o enfermeiro ficou na dúvida entre saber o que ele pode responder, e o que não pode responder, eu sou enfermeira, eu posso falar, então acho que a gente tem que respeitar esse lado do enfermeiro. **Ver. David Ribeiro da Silva:** Você não entendeu o que eu passei, ele ligou pra pessoa, e perguntou se poderia dar até os documentos. **Ariane Antunes:** Se ligou eu não sei. **Ver. David Ribeiro da Silva:** Ele ligou na nossa frente, aí a pessoa que estava do outro lado, não pelo cargo dele, pelo amor de Deus, não é nada disso, ele está lá fazendo a função dele. Só que ele estaria no segundo, abaixo da diretora, segundo o que foi colocado pra nós. Porque no artigo 10 da lei orgânica, quando não está o diretor, o abaixo que está responsável, tem que prestar todos os esclarecimentos para essa Casa de Leis, e quando nós questionamos, ele disse: "espere um minutinho, que eu vou ligar". E ele ligou e falou que: "tinha a informação pra não dar nenhuma informação pra vocês, na verdade eu tenho uma ordem pra não dar nenhuma informação pra vocês". Então, está havendo aí uma contradição do que você está falando, e do que foi colocado lá com o médico, e com o que o rapaz passou. Não pelo cargo dele de enfermagem, não tem nada a ver com

a parte de enfermagem, mas sim com a parte que ele estava naquele momento, cobrindo a responsabilidade daquela unidade. **Ariane Antunes :** Vereador, o que eu falei foi o seguinte: naquela reunião, fui eu que solicitei a reunião com o secretário, e essa reunião foi solicitada para três diretores. Nós convocamos todos, e na reunião, eu respondi para a vereadora Adriana, no questionamento dela, que nessa reunião o secretário em momento nenhum falou essa questão aí, de falar com o médico, dar orientação em relação a falar com o médico ou alguma coisa assim. Não teve nada disso não. Agora em relação à ligação, pode ser que a diretora tenha saído da reunião, atendido, aí eu não posso te dar essa informação. Tá bom? Obrigada. **Ver. David Ribeiro da Silva:** Eu queria fazer uma última pergunta: eu gostaria de saber se esta Talita que está hoje no plenário, se ela é irmã da diretora do jardim Odete. **Ariane Antunes :** Não tenho essa informação, não sei. **Ver. David Ribeiro da Silva:** Você não tem, você não sabe. **Ariane Antunes :** Não cuido de RH, eu sou técnica! **Ver. David Ribeiro da Silva:** Eu só queria deixar registrado aqui, Sr. Presidente. Eu só queria que chamassem a Ana Paula, diretora do Jardim Odete. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Isso é um requerimento, Vereador? **Ver. David Ribeiro da Silva:** Não, eu só queria deixar registrado. Deixar registrado em ata, que a diretora do Jardim Odete, da comissão da saúde. Que a diretora do Jardim Odete, se chama Ana Paula, que é irmã da Talita, e que a funcionária que estava ali, a enfermeira, colocou que ela não sabe, só para deixar em ata, pra tomar as devidas providências. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Vou fazer minha pergunta aqui, para a secretária. Eu queria saber qual foi a primeira licitação da Fisioclin, que prorrogou seis meses. **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo.** O procedimento licitatório é de 2013. O contrato iniciou em outubro de 2013, venceram os cinco anos em outubro de 2018. Nós fizemos uma prorrogação prevista em lei, de seis meses, que venceu em abril deste ano, agora mais seis meses, que vence em outubro de 2019. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Tá, mas eu estou dizendo, como deram cinco anos em outubro, vocês fizeram alguma licitação para que agora não dessem mais seis meses para a empresa. Porque deram seis meses, seis meses, e quando é que começou essa licitação, que dia que foi? **Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo:** Não vou lembrar exatamente a data, mas a gente tem um processo inicial de junho, se não me engano de maio ou junho do ano passado, de 2018, mas tivemos dificuldades na elaboração do termo de referência adequado, fizemos uns estudos e a gente reformulou esse processo, e ele foi reiniciado em dezembro.Você lembra Gil? É de 2018, que está vigente, que vai ter, que é a licitação que está correndo agora. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Mas de dezembro pra cá, não teve como fazer essa licitação da Fisioclin, precisou parar, secretária? **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo.** Como eu expliquei no começo, a gente teve bastante dificuldade com relação à parte de pesquisas de preço, que é a parte inicial e primária do andamento do procedimento licitatório, ele não sai do lugar se a gente não tiver média de preços, para nortear os trabalhos do pregoeiro. Então, diante da dificuldade que estávamos tendo, da demora pra obter as cotações. As normas do tribunal são bastante rígidas, ele determina que façamos pesquisa em outras prefeituras que tenham contratos similares. Nós tivemos muita dificuldade nesse sentido, e foi por isso que a gente fez uma nova prorrogação cautelar, diria assim, mas ela tem cláusula

resolutiva, e o contrato se encerra, assim que a licitação for concluída. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Obrigado. Eu queria que a plateia respeitasse, se não veio aqui pra cuidar da saúde, se veio aqui só pra torcer, se não veio aqui como cidadão, pra cuidar da saúde de vocês, respeitasse o plenário. **Ver. David Ribeiro da Silva:** Eu gostaria de fazer uma pergunta pra secretária. Secretária. Foi motivo de requerimento meu, quanto à acessibilidade no município, e principalmente nos prédios públicos da Saúde. A senhora sabe se hoje, todas as unidades, ou tem algum projeto pra colocar acessibilidade em todos os equipamentos da saúde, ou se tem alguns que têm ou outros que não têm. Como está essa situação da acessibilidade? **Secr. Adj. da Secr. Saúde Silmara P. do Carmo.** A gente tem uma licitação já concluída, pra contratação de empresa para reforma e adequação estrutural, com o objetivo de regularizar do ponto de vista da acessibilidade. É uma das questões a regularizar, inclusive pra conseguir a AVCB. A gente já teve o processo concluído com relação às unidades de urgência e emergência, e tratamos esse assunto na última audiência. A outra licitação que também já está em fase de conclusão, é para os demais serviços de atenção básica e atenção especializada. Então, o que a gente tem, é o projeto, projeto de adequação estrutural em todos os prédios da secretaria da saúde, com vistas a AVCB. Então, acessibilidade é parte mesmo de todos os projetos. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Obrigado secretária, obrigado público presente, obrigado vereadores, senhores conselheiros. Quero agradecer os conselheiros de saúde ativos, atuais e os que vão tomar posse. E os futuros conselheiros que venham fazer uma boa gestão na Saúde. Falar (como é o nome daquela moça que veio na tribuna?), e falar que nunca teve um acontecimento desse aqui, do pessoal vir aqui questionar secretário, questionar funcionário. Sempre lia o quadrimestre, ia embora e pronto. Tinha vez, que não tinha uma pessoa na bancada, um cidadão. Então, parabéns a todos. Falar que a câmara municipal tem uma comissão de saúde, quem tiver problema, pode estar procurando os dezenove vereadores, não só os dez, os dezenove vereadores pra resolver os problemas de saúde de Itaquá. E hoje, graças a Deus, a gente está fiscalizando o município de Itaquaquecetuba. Então, parabéns a todos. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Quero fazer uma ressalva aqui. Mandar um recado para o secretário, senhor William Harada, e dizer para ele que não tem problema não, tanto na Audiência da Finanças ele não veio, na Audiência da Saúde, ele não veio, mandou profissionais capacitados, eu não tenho dúvida nenhuma disso. Mas dizer a ele, que não tem problema nenhum, que ele pode vir nessa Casa de Leis, que ele vai ser muito bem recebido, e a gente não morde, o máximo que a gente faz é pergunta, levanta, fiscaliza e aponta para o Ministério Público. Mas quem não deve não teme. **Ver. João Batista Pereira de Souza:** Fala aí companheiro, pode falar. **Dr. José Luiz Chaves:** Boa noite a todos, boa noite presidente, boa noite presidente da câmara Dr. Edson, demais colegas e futuros conselheiros assim como nós, após o decreto evidentemente. Eu gostaria de deixar registrado, presidente, na verdade direcionado para o presidente da Câmara Municipal. Eu fui procurado por um médico do Hospital Santa Marcelina, e já adianto que é de competência do Estado, o Santa Marcelina não se trata de um hospital municipal. Mas é só pra deixar registrado que ele veio me procurar em uma palestra na OAB, e ele disse que o mamógrafo está quebrado e que não está podendo fazer os

trabalhos evidentemente voltados para a saúde da mulher, por conta que o mamógrafo está quebrado. Fui pesquisar, e me parece que fica em torno de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Eu gostaria de deixar registrado, para que os nobres vereadores pudessem, inclusive se puderem estar tomando alguma providência referente a isso. Está bom presidente? Eu represento aqui, vou representar a OAB no conselho municipal de Saúde, e reitero o pedido do nobre colega Magrão: que esse decreto seja assinado com urgência. Muito obrigado, boa noite. **Ver. Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa:** Só complementar aqui, presidente. Nós por diversas vezes, nós procuramos emendas através de alguns deputados, até pra poder arrumar, mas o que acontece, a gente cai justamente na situação de Itaquá ter a ficha suja. Então por mais que um deputado tenha dinheiro disponível pra nos enviar, pra realizar o conserto do mamógrafo, ou comprar um mamógrafo novo, a cidade de Itaquaquecetuba não pode receber. Então talvez a gente tenha que esperar próximo à próxima eleição, pra ir de novo fazer um parcelamento que vai ser descumprido novamente. Mas que no período as emendas possam chegar até nosso município. É triste, é triste, mas é a verdade. **O Vereador João Batista Pereira de Souza – Presidente da Comissão de Saúde:** Nada mais havendo a tratar, encerra a presente Audiência referente ao 1º Quadrimestre de 2019 às 20h30min horas, agradecendo a presença dos vereadores, público presente e a imprensa que faz presente.

Vereador João Batista Pereira de Souza - Presidente da Comissão de Saúde

Vereadora Adriana Aparecida Félix - Membro da Comissão de Saúde

Vereador Carlos Alberto Santiago Gomes Barbosa - Membro da Comissão de Saúde

Silmara do Carmo Pereira - *Secretária Municipal Adjunta de Saúde*

Luiz Carlos Araújo – *Diretor de Divisão*

Roberta Gomes de Brito – *Diretora do Setor de Ambulância*

Ariane Antunes – *Coordenadora da PSF.*